



DECRETO N.º 46.419, DE 08/05/2024.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO §1º,
DO ART. 18, DA LEI N.º 4.690/2024, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NO ART. 55 DA
LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a alteração de carga horária com remuneração
proporcional, desde que autorizado pelo ordenador de despesa e mediante o cumprimento
dos demais requisitos deste Decreto, somente aos servidores públicos municipais efetivos.

Parágrafo único. A Alteração de carga horária só será permitida se houver
previsão da jornada no anexo V, da Lei n.º 4.690/2024.

Art. 2º A alteração de carga horária do servidor público municipal efetivo
deve seguir os seguintes procedimentos:

I – Abertura de processo administrativo com a justificativa da necessidade do
serviço e interesse público envolvido;

II – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva
entrar em vigor e nos dois subsequentes, emitido pela Secretaria Municipal de Finanças;

III – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação
orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano
Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme anexo I;

IV – indicação da data de início e fim;

V – aceitação do servidor;

VI – minuta de portaria para alteração de carga horária, conforme anexo II.

§1º Após, os autos devem ser encaminhados a Secretaria de Administração e
Recursos Humanos para verificação do cumprimento deste artigo.

§2º Cumpridos os requisitos, a Secretaria de Administração e Recursos
Humanos devolverá os autos a Secretaria requisitante para publicação da portaria no Diário
Oficial dos Municípios, e posterior encaminhamento a Gerência de Recursos Humanos para
os devidos registros na ficha funcional e pagamento.

§3º A Gerência de Recursos Humanos deverá devolver os autos a Secretaria
requisitante caso não haja a juntada da publicação da portaria no Diário Oficial dos
Municípios.





Art. 3º O prazo máximo para alteração de carga horária será de seis meses, devendo retornar a carga horária anterior, salvo se persistirem a necessidade do serviço e interesse público, devendo ser realizado todo o procedimento descrito no artigo anterior.

Art. 4º Cada Secretaria poderá aumentar a carga horária de no máximo 10% (dez por cento) do total de servidores lotados na pasta.

Art. 5º Os servidores perceberão vencimento base proporcional à sua jornada de trabalho, conforme anexo V, da Lei n.º 4.690/2024.

Art. 6º Ficam delegadas aos Secretários Municipais, nos termos do inciso V, do art. 55, da Lei Orgânica Municipal, as atribuições quanto aos atos referentes a situação funcional dos servidores.

Art. 7º É vedada a alteração de carga horária aos servidores efetivos que exercem cargo em comissão ou possuem função gratificada.

Art. 8º Os servidores que tiverem sua carga horária majorada para 40h ou 44h semanais não é permitido a realização e pagamento de serviço extraordinário.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 08 de maio de 2024.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal



ANEXO I

DECLARAÇÃO

Venho por meio deste, declarar, em atenção ao inciso II, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000, que a alteração de carga horária do servidor (NOME), (CARGO), (MATRÍCULA) tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

(NOME DO SECRETÁRIO)
(SECRETARIA)
(Nº DECRETO DE NOMEAÇÃO)

ANEXO II

PORTARIA Nº

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a carga horária do servidor (NOME), (MATRÍCULA), (CARGO), de (carga horária atual) para (nova carga horária), a partir de (DATA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação.

(NOME DO SECRETÁRIO)
(SECRETARIA)
(Nº DECRETO DE NOMEAÇÃO)